

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOCEMARA PRESTES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.
QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO
SÉCULO XXI.**

ORIENTADOR (a): Dr. Samira Kauchakje

CURITIBA

2012

JOCEMARA PRESTES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.
QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO
SÉCULO XXI.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociologia Política. Curso de especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, turma 2011.

OIENTADOR(a): Dr. Samira Kauchakje

CURITIBA

2012

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo bibliográfico referente ao papel do Estado com a educação pública Brasileira, em um todo e mais especificamente no ensino fundamental. A fundamentação teórica para o desenvolvimento deste trabalho foi baseado em literaturas que falam sobre as políticas públicas educacional em autores que tratam sobre o tema, entre eles cita-se: Marta Arretche, Celina Souza e Saviani. O texto foi dividido em capítulos, como tema principal, “A qualidade do ensino nas escolas brasileiras na sociedade contemporânea” os capítulos foram divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo fala sobre as políticas públicas no geral, o segundo faz breve histórico sobre a Educação, trajetória e transformações que a educação brasileira tem sofrido ao longo dos anos, chegando até os dias atuais, falando sobre a qualidade do ensino, realidade das escolas brasileiras, formação dos professores e as responsabilidades das políticas públicas com a educação. O trabalho faz um eixo com a história da educação trazendo a discussão até o período atual.

Palavras-chave: Política Pública, Educação e Estado.

SUMÁRIO

1 Introdução	4
2 Políticas públicas educacionais para o ensino fundamental. Qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras no século XXI.....	6
2.1 Políticas públicas. – Aspectos Teóricos	6
2.2.1 Política pública educacional – Contexto Histórico.....	8
2.2.2 Política Educacional	12
2.3 Qualidade do ensino nas escolas e o ensino fundamental no Brasil hoje.....	14
3 Considerações finais	23
4 Referencias bibliográficas	25

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o principal objetivo de fazer um estudo bibliográfico sobre a educação Brasileira, sendo a mesma o seu objeto de estudo. Sustentada teoricamente por autores que falavam sobre o tema em questão, este trabalho começou a ser desenvolvido baseado a partir do início dos anos 30 período em que se iniciou o período industrial no Brasil, sendo este o período em que a educação começou a ganhar mais valorização e importância, para todos os cidadãos e para o desenvolvimento do país.

Para o desenvolvimento deste estudo buscou-se a fundamentação teórica em literaturas que abordam a concepção de descentralização, Políticas públicas Sociais, Estado e educação, das fontes consultadas, cita-se: Eloisa de Mattos Höfling, Marta Arretche, Celina Souza, Demerval Saviani, Romanelli e entre outros que trazem suas contribuições para o melhor desenvolvimento deste trabalho.

O estudo foi organizado em itens. O primeiro apresenta a Introdução. O segundo apresenta o Desenvolvimento do estudo e foi dividido em itens, neste item fala sobre as políticas públicas e a autora citada é Celina Souza, que faz um apanhado geral sobre a política pública tendo seu surgimento nos Estados Unidos, ela fala da sua importância para os países e cita que Política Pública nada mais é do que “O Governo em Ação” a importância de um Estado democrático para todos.

O item seguinte está dividido em duas partes o primeiro fala sobre a Política Educacional, no qual os autores Shiroma e Romanelli falam sobre a educação no seu período histórico no século XX, início das industrializações, este período que foi marcado porque foi onde a educação começou a ter mais importância para a sociedade, mesmo esta sendo tratada de forma separada para as classes sociais, mas foi neste período que a educação teve um maior impacto e vem sofrendo transformações, e no presente texto ela vem sendo estudada desde este período até hoje. O segundo item está baseado teoricamente pelos autores Hofling, Arroyo e Barcellos, e fala sobre a política educacional, os autores discutem sobre o papel do Estado com a Educação, direitos dos cidadãos por uma educação igualitária e leis que amparam esse

direito. O próximo item conta com vários autores que falam sobre a qualidade da educação Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB96) assegura para os cidadãos o direito a educação, dentre os autores se destaca Saviani que fala sobre a formação dos professores, Arroyo e Cury trazem suas contribuições referendo-se aos problemas de qualidade em que a educação vem sofrendo.

O ultimo item - Conclusão apresenta os argumentos mais relevantes considerados pela autora do artigo, partindo do ponto do entendimento do tema em discussão, as conclusões feitas são baseadas nos textos e autores estudados.

2. Políticas públicas educacionais para o ensino fundamental.

Qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras no século XXI.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS – ASPECTOS TEÓRICOS.

Historicamente tem-se que as políticas Públicas surgiram nos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 1948, no contexto da Universidade com o intuito de estudar e entender como é que o Governo poderia agir perante uma sociedade. Nesta época, as políticas públicas ainda não faziam parte do governo, foi introduzida somente após a guerra fria. Neste sentido “os cientistas políticos introduziram as políticas publicas no governo, porque viram nela uma maneira de resolver os problemas que a guerra tinha deixado”. (SOUZA, 2006, p. 26)

Celina Souza (2006) entende política publica como sendo o governo em ação, as ações do governo com a sociedade, projetos e programas que o governo realiza. Para a autora “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p. 26). Dessa forma as políticas públicas resumem-se em ações do governo, o que ele faz para beneficiar a sociedade, e a partir destas quais serão as maiores transformações na sociedade que de alguma forma influi diretamente na vida dos cidadãos.

Quanto ao papel das políticas públicas, Celina Souza (2006) salienta que elas tem que analisar e propor modificações quando for preciso, ou seja, quando o governo acha que está tudo ocorrendo bem e não precisam mudanças ou maiores investimentos, ele simplesmente para e deixa como está. É neste momento de acomodação que entram as políticas públicas, para falar em mudanças e propor melhorias, tornando-se programas e projetos que favorecem toda a sociedade.

Pensando em tudo o que as políticas públicas representam para um país, Souza (2006, p. 36-37) simplifica alguns elementos importantes que não devem ser esquecidos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Partindo das concepções de Souza (2006) pode-se afirmar que a política pública é algo muito abrangente, e pode ser caracterizada como um compromisso público, onde suas ações serão desenvolvidas em um determinado prazo ou em longo prazo.

Em um Estado democrático, onde os cidadãos possuem a livre escolha do voto, também são livres para fazer suas manifestações, sejam elas direcionadas a política ou qualquer outra, é importante que as políticas direcionadas as pessoas da sociedade sejam democráticas tanto quanto. Di Pietro (1998, apud KAUCHAKJE, 200, p. 76) comenta sobre o papel do Estado para garantir os direitos das pessoas em uma sociedade democrática:

[...] um Estado em que os direitos fundamentais do homem [...] constituem a própria razão de ser do Estado. Cabe a este promover, estimular, criar condições para que o individuo se desenvolva livremente e igualmente dentro da sociedade; para isto é necessário que se criem condições para a participação do cidadão no processo político e no controle das atividades governamentais.

Para Kauchakje (2008) um Estado democrático deve garantir políticas publicas de qualidade, e a partir destas deve assegurar que os indivíduos tenham seus direitos garantidos por leis, direito de ir e vir, de ter participação na sociedade, escolha dos seus governantes e exercer a democracia.

2.2.1 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL – CONTEXTO HISTÓRICO

A educação no Brasil começa a ser tratada com mais prioridade nos últimos séculos mais precisamente no século XX, pois com o surgimento da industrialização e do capitalismo, as indústrias precisam de pessoas mais capacitadas para o trabalho, o país precisa crescer economicamente, desta forma o estado começa a investir mais na educação, pois para um país que queria crescer economicamente e se desenvolver não podia ter um número tão elevado de analfabetos. É a partir disto que começam a ser pensados novos meios de ensino e reformas na educação, mas esse ensino visava formar Mão de obra qualificada para beneficiar o capitalismo. (ROMANELLI, 1996). Antes disso, o Brasil é visto como um país agrícola que exportava para os outros países seus produtos plantados no campo, e dessa forma não precisava de pessoas com estudo para trabalhar no campo, pois isso era um ofício que se aprendia desde criança com seus pais.

A partir de 1930 que a educação começa a ser uma necessidade, e o fator disso é o surgimento das indústrias e da sociedade capitalista, precisa-se de pessoas letradas para trabalhar nas indústrias e comércio, “onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 1996, p.59). O mercado capitalista já nasce competitivo e excludente.

No início do período militar o governo fez uma reforma no ensino, todos os níveis de ensino sofreram modificações, na Lei 5.692, de 1971 sofreram alterações o ensino fundamental e o médio, em que o ensino obrigatório passou para oito anos, “ou seja, instituiu-se a obrigatoriedade escolar para a faixa etária entre os 7 e 14 anos, eliminando-se assim o excludente exame de admissão ao ginásio”(Shiroma, E, O. 2004, p. 38-39). Mas com essa mudança seria necessário algumas mudanças e investimentos nas escolas para atender a demanda e haver qualidade no ensino, mas na verdade não foi isso que aconteceu, pois segundo a autora Shiroma (2004) é no Regime Militar que o Brasil registrou o menor índice de investimento com a educação, que foi de 3% do orçamento da união, o mais baixo da história.

Nesta época não era interessante para o governo haver um bom ensino nas escolas, pois ele não queria pessoas bem instruídas para viver na sociedade, para ele era bom que elas apenas estudassem o básico para trabalhar nas indústrias, comércio, serviço braçal e outros, e só iria para a universidade uma pequena minoria. Segundo o autor Shiroma (2004) na época do regime militar o ensino estava voltado para os interesses do governo e do capitalismo, pois era um ensino voltado para o mercado de trabalho, para o desenvolvimento econômico do país.

A escola pública passava por muitas dificuldades, praticamente todas as verbas que vinham para a educação eram desviadas e investidas em outro negócio até mesmo do setor privado, que começou a crescer muito nesta mesma época, começaram a serem abertas escolas particulares, mas só quem tinha acesso eram as pessoas da alta sociedade, e os pobres continuavam com o ensino precário das escolas públicas.

A União, ao repassar recursos do salário-educação aos estados da Federação para a construção de escolas, atendia a interesses de políticos e empreiteiros locais, criando, dessa forma, uma rede de favores e dependências. Por outro lado, as verbas do salário-educação, gradativamente foram aplicadas para subsidiar o ensino privado”.(SHIROMA 2004, p.39)

O dinheiro que era enviado para as escolas e para o pagamento dos professores não chegava até eles, eram desviados para o financiamento do setor privado que eram do interesse do Governo. A corrupção e a falta de responsabilidade do governo com a educação pública levou esta a ficar a beira da falência, sem recursos nenhum para continuar. (SHIROMA P.40).

O país passava por um período muito ruim, o regime militar se enfraquecia, mas não acabava, precisa-se urgentemente de mudanças não só na educação, mas como em um todo, mas a educação era a que passava por mais dificuldades, veja esses dados segundo a autora SHIROMA (2004):

Em meados da década era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da 1ª série do 2º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. [...] 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza.”(SHIROMA, 2004, p.44).

Levando em consideração esses dados nota-se que o Brasil precisava urgente de mudanças ou caso contrario ele iria para o fundo do poço, pois a

maioria de sua população estava em plena pobreza e isso não era bom para o país, além do mais sua população era praticamente quase toda analfabeta, ou aqueles que tinham o mínimo de instrução não era o suficiente para ter um bom emprego, porque o ensino que tinha era de péssima qualidade, e não supria a necessidade para se ter um bom cargo, sobrava para essa população então os serviços do campo e os braçais na cidade.

O regime militar ainda se alongou por muitos anos, com o surgimento em 1930 ele teve um término oficial em 1985, quem ficou frente ao poder depois desse período foi José Sarney com a “Nova República”, mas não houve muitas mudanças não, pelo menos no setor da educação continuou com os mesmos problemas e descasos, sem muitos financiamentos, como vinha acontecendo no período militar. (Shiroma, 2004).

Cansados do descaso com a educação da parte dos governos, começa então uma reivindicação organizada pelo partido da oposição (PMDB, PT E PDT) sendo esses os principais partidos que apoiavam as “Diretas já”, juntamente com professores das universidades, organizando suas associações para lutar a favor de melhorias e qualidade para a educação. Os educadores queriam “educação pública e gratuita como direito público subjetivo e dever do Estado concedê-la”. (SHIROMA, 2004, p.47). Entre esse requisito reivindicado pelos professores outros também eram colocados como prioridades para se ter uma mudança positiva, eram eles: “melhoria na qualidade da educação” melhorias que iriam beneficiar os alunos como, merenda escolar, transporte e material didático, melhoras na estrutura física da escola e biblioteca com equipamentos. Outro requisito era para “a valorização e qualificação dos professores”, com piso salarial e plano de carreira. Terceiro ponto era “à democratização da gestão”, ou seja, democratizar a administração escolar, ter mais participação da comunidade envolvida, e que os administradores desenvolvessem seu papel com transparência. Outro requisito é referente “ao financiamento da educação”, o aumento de verbas e recursos para a escola pública. (SHIROMA, 2004, p. 48-49).

Segundo o autor Shiroma (2004), a oposição os professores, mas também toda a população estava sofrendo há anos com as dificuldades do

sistema militar, não só a área da educação que estava com problemas, mas em todos os outros setores públicos, a economia também não estava passando por momentos felizes, e todo o país precisava de mudanças. O Governo do Sarney não estava agradando a população.

Essas discussões seguiram por um tempo e em 1987 começaram-se novas discussões para um novo projeto que era uma nova LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde o primeiro projeto apresentado na Câmara Federal foi desenvolvido por Dermeval Saviani. Após anos de luta a nova LDB foi aprovada em 1996, como a Lei n.9.394/96, esta mesma que está em caráter hoje no Brasil. Para os envolvidos no projeto a Lei não agradou, pois não correspondeu às expectativas, como diz Saviani “da forma como foi aprovada, não impede nem obriga o Estado a realizar alterações substantivas na educação”, ou seja, ela pode ficar como está, sem sofrer nenhuma mudança, continuando assim por mais vários anos. Para Shiroma (2004) e para os críticos da época essas melhorias foram vistas como: “a melhoria da qualidade como adequação ao mercado e, o aluno foi transformado em consumidor”, os projetos da nova Lei favoreciam ao mercado capitalista.

2.2.2 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

As políticas educacionais não têm uma definição específica, “sua promessa é analisar, de forma explícita, os interesses sociais e políticos diversos nas ações governamentais” (BARCELLOS, 2010), ou seja, um dos papéis da política educacional é acompanhar e analisar criticamente os investimentos do governo com o ensino. Embora as leis sejam feitas em Brasília, a responsabilidade e os fundos de investimento são distribuídos apela união. Cabe ao Estado uma parte e ao município outra parte, e fica para as políticas educacionais o papel de supervisionar essa distribuição de verbas e também as ações que o município ou Estado faz ou deixa de fazer com a educação.

Segundo Hofling (2001) a educação é uma política publica social e de responsabilidade também do Estado, onde este deve financiar e garantir uma educação publica de qualidade ao seu povo, no entanto essa responsabilidade não deve ficar e ser pensada por ele cabe aos cidadãos e órgãos competentes monitorar esse serviço prestado a sociedade. Para a autora, só haverá a participação efetiva de todos os envolvidos no processo educacional a partir do principio de uma educação tratada igualmente para todas as classes, desse modo ela será mais eficaz e haverá uma educação de qualidade e igualitária. Nos dizeres de HOFLING (2001. p. 40):

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-los “competitivo frente à ordem mundial globalizada.

Pela concepção da autora o Estado visa à formação de jovens para uma sociedade capitalista, e supõe que em uma sociedade cheia de desigualdades como a brasileira, o ensino teria que ser algo mais presencial e significativo para os alunos, e não algo que ficasse distante de sua realidade. Segundo Arroyo (2010) não se deve só cobrar e jogar a culpa dos problemas da sociedade capitalista nas costas do Estado, mas sim cobrar que ele faça políticas educacionais mais igualitárias para todas as classes, não favorecendo

apenas algumas, mas sim de forma igual a para todas. Complementando Arroyo (2010. p.8) enfatiza:

O apelo será para que o Estado seja equitativo na função de alocar recursos para solucionar os problemas da sociedade, que as políticas públicas sejam distributivas; que diante das desigualdades o Estado implemente como solução políticas compensatórias para os mais desiguais.

Para melhorar o caráter de política desigual, só mesmo com uma reforma que trará para o povo melhores condições e uma sociedade de igualdade e direitos para todos. O que se tem hoje em dia são carências, onde as classes menos favorecidas sofrem com a falta de políticas competentes, como saúde e educação existem política para elas, mas essas não estão dando conta da demanda. Precisa-se então “políticas compensatórias, distributivas das competências imprescindíveis para minorar as desiguais condições do viver” (ARROYO, 2010. P. 9), se isso for feito e funcionar, vai diminuir as carências e necessidades que o povo tem, e para o Estado também diminuirá a carga, e vai ter que desempenhar um papel de apenas “suprir” essas carências

2.3 QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS, E O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL.

Seguindo o pensamento da educação na época do regime militar, início 1930 esse período não foi muito bom para a educação, mas deste momento até a implementação da LDB em 1996, a educação sofreu várias mudanças no seu estatuto, hoje em dia a educação é vista como sendo um direito de todos os cidadãos e dever do estado, e está garantida pela LDB que diz “a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB - 96). Ou seja, a educação dever do estado, mas também de responsabilidade da família, pois a escola é responsável por desenvolver nas crianças o conhecimento científico, e junto com a família educar a criança para a vida, porque no seio da família vai aprender seus valores credos e crenças e ensinamentos que são passados de geração em geração.

O papel do Estado com a escola pública está assegurado pela (LDB 96) Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, em que diz:

Art.4. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...]
- VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; [...]
- IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (LDB, 96).

Ao Estado então fica o dever de garantir escola pública em todos os anos do ensino básico, assegurando-lhes a qualidade do ensino, e também garantindo para os estudantes que frequentam a escola da rede pública: transporte escolar, merenda escolar, uma estrutura para atender a demanda e disponibilidade de materiais didáticos, não esquecendo também do mais importante que são professores bem preparados para ensinar, mas será que

tudo isso acontece na realidade, nos tempos atuais, ou o ensino na rede publica esta sendo tratado com descaso?

Fazendo uma analise entre a LDB 96, com o autor Arroyo (2010), o autor nos traz algumas contribuições referente a realidade escolar que já vem de alguns tempos passando por dificuldades e que ainda no momento atual continua passando pelos mesmos problemas. Segundo o autor a situação do ensino público Brasileiro é bem preocupante, há muitas desigualdades de aprendizagem, de acesso e ensino em todas as etapas da educação.

O descaso com a política da educação mostra o atraso de nosso país, “até como causa de nosso subdesenvolvimento nacional, regional, social, cultural, político e econômico” (ARROYO, 2010. P. 2), o país perde em todos os sentidos, essas desigualdades afetam no seu desenvolvimento. Há muito tempo estudos mostram que as escolas publicas passam por dificuldades e tem muita carência de tudo, e que a realidade de seus alunos é bem diferente ao se comparar com alunos das escolas do setor privado, esses estudos apontam então para as desigualdades sociais existentes em nosso país, e que a solução para todos esses problemas seria uma educação de qualidade desde a base da formação dos alunos, mas o governo se fecha e acredita que o problema não é social, mas sim está nos professores que não ensinam e os alunos que não querem aprender, dessa forma ele deixa a culpa das desigualdades e atrasos no país para os professores e alunos. (ARROYO, 2010).

Esses problemas sociais como, pobreza, violência, desemprego, falta de moradia e tantos outros existentes em nossa sociedade, isso afeta diretamente nos alunos, no seu aprendizado escolar, crianças que sofrem em casa com esses problemas levam isso para a escola e isso prejudica a sua aprendizagem. Perante todas essas dificuldades vistas, o autor fala que é hora de repensar essas políticas para a educação, e torná-las menos desiguais. Nessas analises do autor apela-se ao Estado para que este garanta a qualidade, e que introduza políticas publicas compensatórias para os setores, tornando-se assim um estado menos desigual para as classes menos favorecidas que necessitam de saúde publica educação, transporte e outros.

Os problemas sociais que perpassam nosso país hoje em dia como pobreza falta de moradia, fome e miséria em algumas regiões como no nordeste onde isso é mais grave, tudo isso afeta diretamente no aprendizado e desenvolvimento das crianças. Nesse caso essa massa é vista como um problema e o estado como a solução para esses problemas, como políticas de inclusão para a educação, a educação sendo vista como uma forma de garantia de melhora de vida para o futuro. (ARROYO, 2010).

As políticas educacionais se pensam participando na diminuição das desigualdades, na medida em que capacitam para a inserção no mercado de trabalho. A crise, a escassez de trabalho, o desemprego, a sobrevivência informal, a segmentação e hierarquização do trabalho e da qualificação têm aprofundado e polarizado as desigualdades e desestabilizado a relação tradicional entre educação, trabalho e igualdade. Enfraquecem as políticas e as instituições educativas legitimadas na crença nessa mediação do trabalho. (ARROYO, P16. 2010).

O autor já não acredita mais nessa forte tradição entre educação e mercado de trabalho, visto que a qualidade do ensino não está sendo de qualidade logo a mão de obra também não será de total qualidade.

Saviani em um de seus textos fala sobre a educação e as leis que a cercam, mais especificamente falando sobre a LDB, Saviani diz que se é uma Lei nacional então ela deve atender as necessidades da educação nacional, mas será que o que está na lei é o que realmente acontece na realidade?

A educação como direito também é estudada pelo autor Cury (2005) que fala sobre esta:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. (Cury, 2005. P. 20)

Segundo o autor ele vê a educação como um futuro promissor para os cidadãos, sendo que o conhecimento lhe trará possibilidades para que ele possa fazer suas escolhas, tornar-se independente, com o conhecimento que lhe foi dado como direito, possibilitando assim novos caminhos e oportunidades. Dessa forma o autor ainda cita que a educação quando tratada com seriedade garante ao cidadão oportunidades para ele crescer, tanto

intelectualmente como economicamente também, transformando assim a vida de vários cidadãos.

A garantia da escola pública é de competência do Estado, ele que direciona o dinheiro que será gasto para todas as áreas das políticas públicas, cabe a ele direcionar o quanto vai gastar e se vai gastar. A educação conta com o FUNDEB que é um sistema de financiamento da educação básica, ou seja, desde a creche até o ensino médio. O FUNDEB é um programa do Governo Federal que está em vigor desde 2007 e irá até 2020, que é responsável pela distribuição de fundos para a educação, esse dinheiro é distribuído para os estados e municípios, e as escolas recebem um investimento relacionado como número de estudantes matriculados na escola.

O dever do estado com o ensino fundamental está amparado pela (LDB 96) art. 32, garante que:

O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.(LDB, 96).

A escola publica tem como ponto importante o poder democrático, pois está garantida como um direito de todos. Sendo a escola como principal responsável para que os cidadãos possam atuar no mercado de trabalho, oferecendo-lhes uma formação inicial, responsabilidades e habilidades. E a LDB 96 foi criada com este intuito de democracia, e desde a sua criação o acesso a escola foi bem maior, isso demonstrou um avanço na educação.

No ano de 1988 com a Constituição Federal no governo de FHC, o ensino fundamental sofreu algumas modificações significativas e importantes, a autora ARRETCHE (2002) faz a sua contribuição e fala sobre a responsabilidade dos municípios referente ao ensino fundamental;

A Constituição Federal de 1988 havia estabelecido que a oferta de matrículas no nível fundamental deveria ser universal e oferecida

preferencialmente pelos governos municipais. Além disso, obrigava constitucionalmente governos estaduais e municipais a gastarem 25% de suas receitas de impostos e transferências em ensino. (ARRETCHE M. 2002, p. 38).

Após a constituição de 1988 o ensino fundamental sofreu algumas alterações, passou-se a responsabilidade de garantia e financiamento aos municípios, sendo assim o Governo manda a verba que é destinada para a educação e o município fica responsável para distribuí-la a educação infantil e ao ensino fundamental.

A constituição de 1988 previa uma valorização mais forte para o ensino fundamental, e o então presidente Fernando Henrique estava focado na descentralização e valorização do ensino fundamental, e não só o ensino que seria mais valorizado, foi determinado também que os professores do ensino fundamental passariam a ganhar mais, seriam mais valorizados. “a implementação dessa Emenda Constitucional implica que, a cada ano, 15% das receitas de impostos de estados e municípios seriam contabilizados em um Fundo Estadual – o FUNDEF.” (ARRETCHE 2002) os valores que são destinados aos municípios é contabilizado a partir do numero de alunos matriculados, cada aluno corresponde a um valor, dessa forma cresceu muito a matricula de alunos no ensino fundamental.

Referente á formação dos profissionais da educação, durante vários anos ela vem sendo modificada assim como as políticas para a educação foram evoluindo e sendo modificada junto com elas a formação dos professores também foi mudando.

No período militar 1964 a educação passava por um período critico, e a formação dos professores também, neste período as escolas normais desapareceram e deram lugar ao magistério que segundo Saviani (2009) era dividido em duas modalidades, um curso com duração de três anos habilitaria o professor a dar aulas até a 4ª serie, e com quatro anos de curso sairia habilitado para dar aula ate a 6ª serie, “O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante.” (Saviani

2009, p.8) este trecho mostra que a formação docente para ensinar as crianças não era totalmente capacitada para estar dentro de uma sala de aula, pois sua formação era mínima e isso prejudicava a todos, as pessoas da sociedade e ao desenvolvimento do país na época.

Em 1982 para tentar mudar a precariedade da educação o governo resolveu investir na formação do magistério, e também nos cursos de pedagogia. Saviani (2009), essas novas mudanças visavam melhorias não só com os professores, mas também com todo o corpo administrativo da escola, os cursos de pedagogia visavam formar profissionais capacitados para atuar nas series iniciais e no ensino fundamental. Com o fim do regime militar havia uma expectativa para uma melhora na formação dos docentes, mas a nova LDB/96, não superou as expectativas ela não supria as necessidades de que a educação estava precisando no momento, pois a nova Lei liberava o curso normal superior como também sendo formador de professores, esse sendo um curso a distancia onde se diminui a carga horária e forma professores mais rápido. Esses cursos a distancia foi um meio que o governo achou de formar professores mais rápido, pois com a nova lei exigia-se curso superior para dar aula no ensino fundamental e séries iniciais. (Saviani 2009).

Saviani em seu texto deixa claro que ao longo dos anos a formação dos professores não saiu do chão, não teve grandes mudanças, continua precária, e isso mostra a falta de políticas eficazes para a educação, deixando esta a margem de um enfraquecimento total.

Com a aprovação da nova lei LDB/96 a formação dos profissionais da educação sofreram algumas modificações, para atuar nos diversos níveis do ensino é necessário ter licenciatura em alguma matéria específica, o estado fica encarregado de oferecer formação continuada para os professores não somente do ensino fundamental, mas desde a educação infantil até o ensino médio, assegurada pela LDB de 96, no art.67, onde diz que:

os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I- ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

- II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III- piso salarial profissional;
- IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- V- período reservado aos estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI- condições adequadas de trabalho.(LDB, 96).

O que esta em Lei, muitas vezes pode não ser o que acontece na realidade, pois em outro artigo da LDB que garante que a formação dos professores é contraditória:

A formação dos docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (LDB/96).

Ao mesmo tempo em que garante que a formação do docente para atuar nas escolas seja realizada no curso de graduação em universidade com aulas periódicas presenciais, em que esta formará um profissional capacitado para atuar na área, ela também deixa exposto que a formação dos professores pode dar-se em cursos normais superiores onde o tempo é curto e as aulas são a distancia, ou seja não formara um profissional totalmente capacitado para atuar como professor e atender as necessidades que estamos passando, deixando assim brechas na Lei e uma grande defasagem na qualidade da educação.

Saviani (2009) expõe que as universidades têm duas maneiras de ensinar os professores para a ação docente, a primeira são os conteúdos culturais-cognitivos e o segundo o pedagógico-didático, onde o primeiro compete às universidades passar só os conteúdos específicos, deixando a didática de lado, foca-se mais no teórico, deixando para as faculdades de educação que tomem conta da didática. Ou seja, os cursos de pedagogia ficam com a responsabilidade pedagógicadidático. Mas esses dois “dilemas” são algo que não podiam estar sendo separados pelos cursos de formação de professores, pois um contempla o outro o ideal seria que em um curso de formação fossem trabalhados bem os conteúdos e a didática para serem melhores desenvolvidos em sala de aula, no momento em que este aluno tiver no exercício de sua profissão.

Contra-pondo-se a esse pensamento que Saviani (2009) expõe em seu texto, nos dilemas que as universidades passam na formação dos alunos, tratando separadamente a teoria da didática. A autora Brzezinski (2008) escreve em seu texto que a teoria e a didática não devem ser tratadas separadamente, mas sim uma contemplar a outra. Ele deixa bem especificado nesse trecho:

Nestes termos, teoria e prática, saber e ação necessitam articular-se no processo de formação, assim como no trabalho docente as concepções de sociedade, homem, educação, o conhecimento específico e as habilidades operativas, técnicas e tecnológicas não se separam. (BRZEZINSKI 2008, P. 05)

Teoria e pratica na formação docente é extremamente importante e não devem ser tratadas separadamente. Para a formação de um professor a teoria é a base mais é importante que ele conheça e vivencie a realidade escolar durante a sua graduação, desta forma ele consegue aplicar suas teorias e saberes na pratica com os alunos, e isso vai influenciar diretamente na formação de seus alunos.

A formação do professor exige muito preparo um conhecimento múltiplo de varias áreas, mas um dos conhecimentos mais importantes que ele precisa dominar é o conhecimento pedagógico, segundo a autora é necessário para a formação do docente “um saber pedagógico que conduza a uma reflexão sobre as práticas educativas, acerca do uso das tecnologias educacionais como suporte didático e das amplas questões educacionais”. (BRZEZINSKI, 2008 p. 5). A formação do professor para atuar no ensino fundamental até o ensino médio exige muito conhecimento, a formação é bem complexa, para ele quanto mais conhecimento melhor ele desempenhara sua função, e os conhecimentos didáticos e pedagógicos fazem os professores refletir sobre sua pratica e lhes auxiliam no desenvolvimento da aula e para o melhor aprendizado de seus alunos. As escolas e os professores devem se adaptar as novas tecnologias que contribuem para a educação, a didática do professor em sala de aula, transforma uma aula mais agradável e menos cansativa e com a ajuda das tecnologias as aulas podem tornar-se um atrativo para os alunos, ajudando no seu aprendizado.

A educação brasileira está sofrendo um baixo rendimento, o desempenho dos alunos caiu, segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), uma causa desse problema nos estudos da autora (BRZEZINSKI 2008) é a formação aligeirada dos professores, as universidades a distancia onde o tempo do curso é bem mais curto do que nas universidades normais, e outro também é o normal superior que também capacita professores para o ensino fundamental. Mas o problema é que muitas vezes esses profissionais não saem capacitados para atuar na educação, não possuem conhecimento o suficiente para ensinar seus alunos, e deixam a desejar ocasionando assim o baixo desempenho dos alunos no índice brasileiro.

Essas universidades que foram criadas com o ensino a distância, surgiram com a intenção de suprir uma necessidade imediata, pois com a nova LDB/96 exigia-se profissionais com nível superior e a maioria dos professores que estavam atuando não eram formados em pedagogia e então o governo encontrou uma maneira de solucionar este problema, mas este problema foi suprido mas essas universidades ainda continuam abertas e formando profissionais que muitas das vezes não estão capacitados para serem docentes e lidar com a nossa realidade educacional.

O autor Saviani (2008) aponta alguns problemas no sistema educacional brasileiro, entre eles um que está mais voltado ao nosso texto, que é referente à organização escolar, ele pensa se os mesmos professores formados nos cursos de educação estariam preparados para trabalhar com a organização de uma escola e com a realidade dos seus alunos, e do todo o meio em que ela se encontra. Outro ponto importante dos problemas apresentados pelo autor é que os cargos administrativos onde seria o pilar da organização são cargos políticos, em que muitas vezes as pessoas que são direcionadas a esta função não tem formação em educação e nem conhecimento com a realidade escolar, dessa forma não conseguem desenvolver um bom trabalho voltado para os interesses em prol da educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, podemos fazer algumas considerações referentes ao texto apresentado aqui. Nota-se que o percurso que a educação percorreu até a formulação da LDB96 não foi nada fácil, mas depois desta Lei será que houve muita mudança, ou ainda continuamos enraizados em um modelo educacional atrasado e sem muitas perspectivas de mudanças?

No início a educação passou por muitas dificuldades, pois não tinha profissionais capacitados para ministrar as aulas, não tinha uma estrutura adequada, e apenas a classe alta tinha acesso a uma educação de qualidade, as classes menos favorecidas não tinham acesso a uma educação de qualidade e igualitária, a eles restava apenas uma educação voltada para o trabalho braçal, mão de obra para as indústrias, desta forma, para serem empregados e nunca patrão. Isso não mudou muito hoje, pois existem escolas particulares onde o ensino é bem melhor, em comparação com as escolas públicas, não que o ensino das escolas públicas sejam ruim, temos muitas escolas públicas boas, mas em muitas regiões o descaso e os problemas são muito maiores do que o ensino oferecido.

Mas com o passar dos anos isso não mudou muito, essa realidade ainda continua assombrando os tempos de hoje, apesar de tantos anos terem se passado e o nosso país ter avançado, crescido e se desenvolvido, parece que a educação ainda está enraizada em um passado que continua presente e essa realidade tende a não mudar tão facilmente. Avançamos, mais ainda não é o suficiente para alcançar um patamar de qualidade que se vê em outros países desenvolvidos, pois o descaso com a educação ainda é muito grande, falta-se professores qualificados, estrutura, materiais, em algumas escolas do Brasil a precariedade é muito maior do que em outras regiões.

Enquanto o Governo não tratar a educação como prioridade ele não conseguira avançar em outros setores. Nos últimos anos temos visto muitas manifestações de professores lutando por melhores salários, qualidades no ensino e melhores condições de trabalho, porque a classe dos professores não

é muito valorizada em nosso país, professores do ensino fundamental e ensino médio passam por muito stress, más condições de trabalho, e salários baixos.

Para finalizar este trabalho, fale apenas ressaltar o quanto a educação é importante em nossas vidas, e como é importante que o ensino nas escolas públicas seja excelente, porque a maioria dos Brasileiros depende das escolas públicas, o futuro de um país todo passa pela escola. A educação quando iniciada desde cedo com qualidade, tem a capacidade de transformar as pessoas e são essas pessoas que futuramente irão administrar o país com mais responsabilidade e respeito com os cidadãos.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE M. **Relações federativas nas políticas sociais.** Educ. Soc., Campinas, v.23, n. 80, setembro/2002.

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significados. Educ. Soc. vol.31 no.113 Campinas Oct./Dec. 2010.

BARCELLOS, Jorge. **Políticas educacionais como o campo do saber.** Primeira Aula. UNISINOS, 2010.

BRZEZINSKI, I. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental.** Educ. Soc. Vol 29 no. 105 Campinas Sept/Dec. 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola.** Campinas: Armazém do Ipê (Autores associados), 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira:** estrutura e sistema. – 10. Ed.- Campinas, SP: Autores associados, 2008.

_____. SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. vol.14 no.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional.**/ Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista. – 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/diretas-ja/> acesso 13/12/12.